

SÉRIE 1º ANO DO MANDATO PRESIDENCIAL

PR. FRANCISCO DANIEL CHAPO



EDIÇÃO N: 2

JUVENTUDE, INCLUSÃO ECONÓMICA E DESIGUALDADES REGIONAIS

IGUALDADE

A juventude esteve entre os grupos sociais mais activos nas manifestações que se seguiram aos resultados eleitorais de 2024, não apenas como expressão de contestação política, mas sobretudo como reflexo do agravamento das condições sociais e económicas vivido entre Outubro de 2024 e Março de 2025. Este envolvimento juvenil ocorreu num contexto marcado por expectativas elevadas criadas durante o período eleitoral, no qual os jovens foram reiteradamente apresentados como prioridade estratégica do novo ciclo de governação.

Durante a campanha eleitoral de 2024, em diversos comícios e encontros públicos realizados sobretudo nas capitais provinciais e principais centros urbanos, foram assumidos compromissos políticos claros no sentido de promover a criação de emprego juvenil, facilitar o acesso à habitação, apoiar o empreendedorismo jovem e implementar programas estruturantes de alcance nacional, capazes de responder às desigualdades regionais historicamente existentes.

Estas promessas foram reiteradas em discursos dirigidos à juventude, particularmente em encontros realizados nas cidades de Maputo, Beira, Nampula e Nacala, onde se enfatizou a necessidade de transformar o chamado “bónus demográfico” numa oportunidade real de desenvolvimento económico e estabilidade social.

No primeiro ano de governação, as iniciativas mais visíveis anunciadas para a juventude foram o projecto denominado Cidade-Jovem, na cidade de Maputo, com a previsão de construção de cerca de 6.000 habitações, e o Projecto de Terra Infra-estruturada, em Faiquete, na província de Inhambane, destinado à concessão de aproximadamente 1.200 talhões. Estes anúncios foram apresentados como sinais concretos do cumprimento das promessas eleitorais no domínio da inclusão juvenil. Contudo, apesar da sua relevância simbólica e política, subsistem dúvidas significativas quanto à sua acessibilidade real e ao seu alcance social efectivo.

Os custos associados às habitações previstas no âmbito da Cidade-Jovem colocam-nas fora da capacidade financeira da maioria dos jovens que auferem o salário mínimo nacional ou rendimentos ligeiramente superiores, o que limita de forma substancial o impacto do projecto no quadro da inclusão juvenil efectiva.

Neste sentido, a iniciativa distancia-se do compromisso assumido durante a campanha de garantir soluções habitacionais ajustadas à realidade económica da juventude trabalhadora e desempregada.

Para além disso, a concentração geográfica destas iniciativas na zona sul do país reforça um padrão histórico de desigualdade territorial, em detrimento das regiões centro e norte, que continuam a registar níveis elevados de desemprego juvenil, informalidade económica e exclusão social. Este desequilíbrio contrasta com os compromissos eleitorais assumidos em comícios realizados nessas regiões, onde foi reiterada a promessa de um desenvolvimento mais equilibrado e de uma distribuição equitativa de oportunidades ao longo do território nacional. A persistência desta assimetria contribui para o aumento da frustração entre jovens fora do corredor sul e fragiliza a credibilidade das promessas de inclusão nacional.

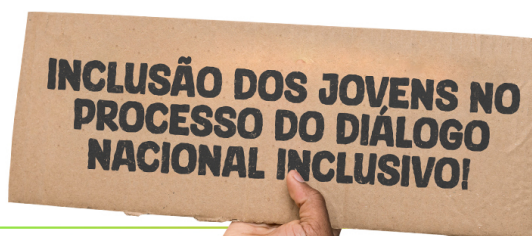
No domínio da empregabilidade, apesar das declarações públicas feitas durante a campanha sobre a criação de oportunidades de trabalho para jovens, torna-se evidente a ausência de uma estratégia nacional integrada e coerente especificamente orientada para a juventude.

Investimentos estruturados em infra-estruturas, processos de industrialização local e mecanismos de formalização progressiva de actividades económicas informais poderiam constituir vias eficazes para a geração de rendimento e emprego juvenil. Neste contexto, os chamados “nhonguistas internacionais”, pequenos comerciantes que importam produtos da África do Sul e da China, representam uma realidade económica consolidada que foi referida em discursos eleitorais como potencial alvo de políticas de apoio e integração. No entanto, as políticas observadas no período em análise tenderam mais para a restrição e o controlo do que para a integração económica e o estímulo produtivo prometidos.

De igual modo, durante a campanha eleitoral foram feitas referências frequentes ao potencial do sector agro-pecuário como espaço privilegiado para a inclusão económica da juventude, particularmente nas zonas rurais e periurbanas. Contudo, apesar do reconhecido potencial agrícola do país, não foi apresentado nem implementado, no primeiro ano de governação, um programa público de grande escala que promova de forma consistente e estruturada a participação juvenil neste sector estratégico, o que evidencia um distanciamento entre o discurso eleitoral e a acção governativa.

Embora o Fundo de Desenvolvimento Local (FDEL) tenha sido apresentado, tanto durante a campanha como no início do mandato, como um instrumento válido também para financiar iniciativas juvenis, a sua capacidade revela-se manifestamente insuficiente quando comparada com o volume de candidaturas e a dimensão da procura existente a nível nacional. As limitações de cobertura, aliadas a constrangimentos relacionados com critérios de atribuição, níveis de transparência e sustentabilidade dos projectos financiados, indicam que o Fundo, por si só, não responde aos desafios estruturais da exclusão económica da juventude, contrariando as expectativas criadas durante o período eleitoral.

Importa igualmente referir que, para além das dimensões económica e social, a juventude permanece largamente excluída dos principais órgãos de tomada de decisão no próprio âmbito do Diálogo Nacional. Apesar de ter sido reiteradamente invocada durante a campanha eleitoral como pilar central da renovação política e da estabilidade nacional, a participação juvenil não se materializou de forma efectiva nas estruturas nucleares onde são definidas as orientações estratégicas do processo. A presença de jovens tem-se limitado, em grande medida, a espaços periféricos, consultivos ou meramente simbólicos, sem influência real sobre as decisões fundamentais.



Em consequência, organizações e movimentos juvenis têm sido obrigados a mendigar espaços de participação e a procurar caminhos alternativos para a sua inserção nos processos decisórios, num exercício contínuo de reivindicação de direitos que deveriam ser garantidos por princípio. Esta dinâmica aprofunda padrões de marginalização política e fragiliza a credibilidade do Diálogo Nacional enquanto processo inclusivo. Na prática, a exclusão da juventude dos órgãos centrais de decisão compromete a legitimidade dos seus resultados e perpetua um modelo de governação em que aqueles que mais sofrem os efeitos do desemprego, da insegurança e da exclusão social continuam afastados dos espaços onde se definem as soluções para esses mesmos problemas.

Em termos gerais, o desfasamento entre os compromissos assumidos perante a juventude ao longo da campanha eleitoral de 2024 e as medidas efectivamente implementadas no primeiro ano de governação contribuiu para níveis elevados de frustração e desilusão juvenil. Na ausência de políticas inclusivas, sustentáveis e equitativamente distribuídas pelo território nacional, a promessa de empoderamento da juventude corre o risco de permanecer essencialmente retórica, sem tradução efectiva em mudanças estruturais na vida dos jovens moçambicanos.

